

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	16
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	71
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	75
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	656.230
Preferenciais	635.738
Total	1.291.968
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/12/2017	Ordinária		0,02704
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/12/2017	Preferencial		0,02704

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	17.104.000	16.120.000
1.01	Ativo Circulante	10.388.000	9.947.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.802.000	3.938.000
1.01.03	Contas a Receber	3.241.000	2.438.000
1.01.04	Estoques	3.388.000	2.540.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	181.000	401.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	776.000	630.000
1.01.08.03	Outros	776.000	630.000
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	664.000	517.000
1.01.08.03.02	Outros Ativos	112.000	113.000
1.02	Ativo Não Circulante	6.716.000	6.173.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.119.000	3.648.000
1.02.01.03	Contas a Receber	199.000	178.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	427.000	288.000
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	405.000	511.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.088.000	2.671.000
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	2.147.000	2.050.000
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	919.000	599.000
1.02.01.09.05	Outros Ativos	22.000	22.000
1.02.02	Investimentos	952.000	926.000
1.02.03	Imobilizado	1.200.000	1.196.000
1.02.04	Intangível	445.000	403.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	17.104.000	16.120.000
2.01	Passivo Circulante	11.219.000	9.872.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	487.000	437.000
2.01.02	Fornecedores	5.590.000	4.230.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	243.000	573.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.214.000	3.028.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.685.000	1.604.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	258.000	246.000
2.01.05.02	Outros	1.427.000	1.358.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.000	0
2.01.05.02.04	Receitas Diferidas	354.000	323.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	223.000	188.000
2.01.05.02.07	Fornecedores Convênio	437.000	489.000
2.01.05.02.08	Repasse a Terceiros	398.000	358.000
2.02	Passivo Não Circulante	2.926.000	3.440.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	393.000	399.000
2.02.02	Outras Obrigações	993.000	1.260.000
2.02.02.02	Outros	993.000	1.260.000
2.02.02.02.03	Receitas Diferidas	946.000	1.258.000
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	43.000	2.000
2.02.02.02.06	Outros Passivos	4.000	0
2.02.04	Provisões	1.540.000	1.781.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.174.000	844.000
2.02.04.02	Outras Provisões	366.000	937.000
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimento	366.000	937.000
2.03	Patrimônio Líquido	2.959.000	2.808.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.896.000	2.895.000
2.03.02	Reservas de Capital	-881.000	-886.000
2.03.04	Reservas de Lucros	944.000	799.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.106.000	18.879.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.923.000	-12.442.000
3.03	Resultado Bruto	7.183.000	6.437.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.198.000	-5.779.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.907.000	-4.648.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-707.000	-588.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-365.000	-362.000
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-171.000	-168.000
3.04.05.05	Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	-194.000	-194.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-219.000	-181.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	985.000	658.000
3.06	Resultado Financeiro	-616.000	-705.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	369.000	-47.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-174.000	-48.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	195.000	-95.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	195.000	-95.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,15109	-0,07354
3.99.01.02	PN	0,15109	-0,07354
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,15019	-0,07354
3.99.02.02	PN	0,14925	-0,07354

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	195.000	-95.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	50.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	195.000	-45.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	390.000	-386.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.774.000	1.658.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	195.000	-95.000
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	215.000	194.000
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	219.000	181.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-144.000	-6.000
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	297.000	405.000
6.01.01.08	Provisão para Demandas Judiciais, Líquidas	565.000	499.000
6.01.01.09	Remuneração Baseada em Ações	11.000	9.000
6.01.01.10	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	609.000	556.000
6.01.01.11	Perda (Ganho) com Alienação de Imobilizado e Intangível	5.000	23.000
6.01.01.12	Perda Estimada do Valor Recuperável Líquido dos Estoques	79.000	96.000
6.01.01.16	Receita Diferida Reconhecida no Resultado	-271.000	-211.000
6.01.01.20	Outros	-6.000	7.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.384.000	-2.044.000
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.428.000	-1.166.000
6.01.02.02	Estoques	-927.000	-96.000
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-292.000	-390.000
6.01.02.04	Partes Relacionadas	8.000	-249.000
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-282.000	-192.000
6.01.02.08	Dividendos Recebidos de Subsidiárias	84.000	8.000
6.01.02.10	Outros Ativos	-7.000	-2.000
6.01.02.11	Fornecedores	1.308.000	-9.000
6.01.02.12	Obrigações Fiscais, Socias e Trabalhistas	420.000	95.000
6.01.02.15	Demandas Judiciais	-337.000	-299.000
6.01.02.17	Receita Diferida	-10.000	339.000
6.01.02.20	Outros Passivos	79.000	-83.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.294.000	-963.000
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-333.000	-148.000
6.02.02	Alienação de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	15.000	14.000
6.02.07	Aumento de Capital em Subsidiária	-976.000	-829.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-232.000	-259.000
6.03.01	Captações	4.858.000	4.291.000
6.03.02	Pagamentos de Principal	-4.677.000	-4.175.000
6.03.03	Pagamento de Juros	-383.000	-372.000
6.03.04	Pagamento de Dividendos e JCP	-31.000	-3.000
6.03.08	Aumento de Capital	1.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.136.000	-1.608.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.938.000	5.546.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.802.000	3.938.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.895.000	-886.000	799.000	0	0	2.808.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.895.000	-886.000	799.000	0	0	2.808.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	5.000	0	-50.000	0	-44.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	0	0	0	1.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.000	0	0	0	5.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.000	0	-15.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-35.000	0	-35.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	195.000	0	195.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	195.000	0	195.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	145.000	-145.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	145.000	-145.000	0	0
5.07	Saldos Finais	2.896.000	-881.000	944.000	0	0	2.959.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.895.000	507.000	894.000	0	-50.000	4.246.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.895.000	507.000	894.000	0	-50.000	4.246.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.393.000	0	0	0	-1.393.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.000	0	0	0	9.000
5.04.11	Reorganização Societária	0	-1.355.000	0	0	0	-1.355.000
5.04.13	Pagamento Relativo à Reorganização Societária	0	-47.000	0	0	0	-47.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-95.000	50.000	-45.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-95.000	0	-95.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.000	50.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	50.000	50.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-95.000	95.000	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	0	-95.000	95.000	0	0
5.07	Saldos Finais	2.895.000	-886.000	799.000	0	0	2.808.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	22.868.000	20.696.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.463.000	21.235.000
7.01.02	Outras Receitas	14.000	17.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-609.000	-556.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.291.000	-15.540.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-14.854.000	-13.166.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.494.000	-2.347.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	57.000	-27.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.577.000	5.156.000
7.04	Retenções	-215.000	-194.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-215.000	-194.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.362.000	4.962.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	29.000	80.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-219.000	-181.000
7.06.02	Receitas Financeiras	248.000	259.000
7.06.03	Outros	0	2.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.391.000	5.042.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.391.000	5.042.000
7.08.01	Pessoal	2.705.000	2.541.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.808.000	1.700.000
7.08.01.02	Benefícios	219.000	229.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	167.000	197.000
7.08.01.04	Outros	511.000	415.000
7.08.01.04.01	Demandas Judiciais Trabalhistas	484.000	309.000
7.08.01.04.02	Outras Despesas com Pessoal	27.000	106.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	827.000	873.000
7.08.02.01	Federais	586.000	758.000
7.08.02.02	Estaduais	173.000	51.000
7.08.02.03	Municipais	68.000	64.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.664.000	1.723.000
7.08.03.01	Juros	864.000	964.000
7.08.03.02	Aluguéis	768.000	755.000
7.08.03.03	Outras	32.000	4.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	195.000	-95.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	35.000	0
7.08.04.02	Dividendos	15.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	145.000	-95.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	19.931.000	17.527.000
1.01	Ativo Circulante	12.443.000	10.708.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.559.000	4.030.000
1.01.03	Contas a Receber	3.988.000	2.782.000
1.01.04	Estoques	4.379.000	3.054.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	219.000	581.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	298.000	261.000
1.01.08.03	Outros	298.000	261.000
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	124.000	132.000
1.01.08.03.02	Outros Ativos	174.000	129.000
1.02	Ativo Não Circulante	7.488.000	6.819.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.743.000	3.980.000
1.02.01.03	Contas a Receber	201.000	182.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	439.000	295.000
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	415.000	549.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.688.000	2.954.000
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	2.725.000	2.317.000
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	941.000	615.000
1.02.01.09.05	Outros Ativos	22.000	22.000
1.02.02	Investimentos	89.000	144.000
1.02.03	Imobilizado	1.423.000	1.438.000
1.02.04	Intangível	1.233.000	1.257.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	19.931.000	17.527.000
2.01	Passivo Circulante	14.278.000	12.057.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	552.000	477.000
2.01.02	Fornecedores	7.726.000	5.618.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	265.000	600.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.802.000	3.532.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.933.000	1.830.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	139.000	188.000
2.01.05.02	Outros	1.794.000	1.642.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.000	0
2.01.05.02.04	Receitas Diferidas	368.000	336.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	528.000	435.000
2.01.05.02.07	Fornecedores Convênio	437.000	489.000
2.01.05.02.08	Repasse de Terceiros	446.000	382.000
2.02	Passivo Não Circulante	2.694.000	2.662.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	397.000	407.000
2.02.02	Outras Obrigações	1.053.000	1.335.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1.000
2.02.02.02	Outros	1.053.000	1.334.000
2.02.02.02.03	Receitas Diferidas	1.006.000	1.326.000
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	43.000	8.000
2.02.02.02.06	Outros Passivos	4.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.000	14.000
2.02.04	Provisões	1.239.000	906.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.239.000	906.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.959.000	2.808.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.896.000	2.895.000
2.03.02	Reservas de Capital	-881.000	-886.000
2.03.04	Reservas de Lucros	944.000	799.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.690.000	19.819.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.510.000	-13.113.000
3.03	Resultado Bruto	8.180.000	6.706.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.138.000	-5.993.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.848.000	-4.814.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-855.000	-630.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-461.000	-362.000
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-243.000	-177.000
3.04.05.05	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-218.000	-185.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.000	-187.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.042.000	713.000
3.06	Resultado Financeiro	-765.000	-776.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	277.000	-63.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.000	-32.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	195.000	-95.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	195.000	-95.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	195.000	-95.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	195.000	-95.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	50.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	195.000	-45.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	195.000	-45.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	70.000	-269.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.788.000	1.762.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	195.000	-95.000
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	319.000	223.000
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-26.000	187.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-243.000	-23.000
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	362.000	455.000
6.01.01.08	Provisão para Demandas Judiciais Líquidas	642.000	511.000
6.01.01.09	Remuneração Baseada em Ações	11.000	9.000
6.01.01.10	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	717.000	573.000
6.01.01.11	Perda (Ganho) com Alienação de Imobilizado e Intangível	1.000	25.000
6.01.01.12	Perda Estimada do Valor Recuperável Líquido dos Estoques	86.000	102.000
6.01.01.16	Receita Diferida Reconhecida no Resultado	-271.000	-211.000
6.01.01.20	Outros	-5.000	6.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.718.000	-2.031.000
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.937.000	-1.326.000
6.01.02.02	Estoques	-1.411.000	34.000
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-462.000	-465.000
6.01.02.04	Partes Relacionadas	115.000	-269.000
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-288.000	-193.000
6.01.02.08	Dividendos Recebidos de Subsidiárias	89.000	8.000
6.01.02.10	Outros Ativos	-37.000	45.000
6.01.02.11	Fornecedores	2.056.000	104.000
6.01.02.12	Obrigações Fiscais, Socias e Trabalhistas	436.000	100.000
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.000	0
6.01.02.15	Demandas Judiciais	-414.000	-313.000
6.01.02.17	Receita Diferida	-25.000	359.000
6.01.02.20	Outros Passivos	161.000	-115.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-333.000	-140.000
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-356.000	-151.000
6.02.02	Alienação de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	23.000	15.000
6.02.03	Caixa Líquido na Reorganização Societária	0	43.000
6.02.08	Pagamento Relativo à Reorganização Societária	0	-47.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-208.000	-1.141.000
6.03.01	Captações	5.433.000	4.365.000
6.03.02	Pagamentos de Principal	-5.171.000	-4.585.000
6.03.03	Pagamentos de Juros	-440.000	-377.000
6.03.04	Pagamento de dividendos e JCP	-31.000	-3.000
6.03.08	Aumento de Capital	1.000	0
6.03.10	Pagamento da Dívida Cnova N.V.	0	-541.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-471.000	-1.550.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.030.000	5.580.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.559.000	4.030.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.895.000	-886.000	799.000	0	0	2.808.000	0	2.808.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.895.000	-886.000	799.000	0	0	2.808.000	0	2.808.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	5.000	0	-50.000	0	-44.000	0	-44.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	0	0	0	1.000	0	1.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.000	0	0	0	5.000	0	5.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.000	0	-15.000	0	-15.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-35.000	0	-35.000	0	-35.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	195.000	0	195.000	0	195.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	195.000	0	195.000	0	195.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	145.000	-145.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	145.000	-145.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.896.000	-881.000	944.000	0	0	2.959.000	0	2.959.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.895.000	507.000	894.000	0	-50.000	4.246.000	0	4.246.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.895.000	507.000	894.000	0	-50.000	4.246.000	0	4.246.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.393.000	0	0	0	-1.393.000	0	-1.393.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.000	0	0	0	9.000	0	9.000
5.04.11	Reorganização Societária	0	-1.355.000	0	0	0	-1.355.000	0	-1.355.000
5.04.13	Pagamento Relativo à Reorganização Societária	0	-47.000	0	0	0	-47.000	0	-47.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-95.000	50.000	-45.000	0	-45.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-95.000	0	-95.000	0	-95.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.000	50.000	0	50.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	50.000	50.000	0	50.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-95.000	95.000	0	0	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	0	-95.000	95.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.895.000	-886.000	799.000	0	0	2.808.000	0	2.808.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	28.427.000	21.743.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.122.000	22.293.000
7.01.02	Outras Receitas	22.000	23.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-717.000	-573.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.913.000	-16.323.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-18.549.000	-13.834.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.430.000	-2.470.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	66.000	-19.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.514.000	5.420.000
7.04	Retenções	-319.000	-223.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-319.000	-223.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.195.000	5.197.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	301.000	94.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.000	-187.000
7.06.02	Receitas Financeiras	275.000	280.000
7.06.03	Outros	0	1.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.496.000	5.291.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.496.000	5.291.000
7.08.01	Pessoal	2.994.000	2.671.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.036.000	1.781.000
7.08.01.02	Benefícios	254.000	252.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	199.000	205.000
7.08.01.04	Outros	505.000	433.000
7.08.01.04.01	Demandas Judiciais Trabalhistas	475.000	322.000
7.08.01.04.02	Outras despesas com pessoal	30.000	111.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.412.000	887.000
7.08.02.01	Federais	500.000	670.000
7.08.02.02	Estaduais	836.000	152.000
7.08.02.03	Municipais	76.000	65.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.895.000	1.828.000
7.08.03.01	Juros	1.040.000	1.056.000
7.08.03.02	Aluguéis	818.000	767.000
7.08.03.03	Outras	37.000	5.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	195.000	-95.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	35.000	0
7.08.04.02	Dividendos	15.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	145.000	-95.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano de 2017 com evolução importante em nossos indicadores financeiros, fruto das diversas iniciativas implementadas ao longo do ano após a integração da Cnova, anunciada ao final de 2016. Expandimos nossos ganhos de *market share* (com base nos dados apurados pela GfK), tanto em nossas Lojas Físicas quanto no canal Online, e aceleramos o crescimento em ambos os canais: as vendas das nossas Lojas Físicas cresceram 11,5% no ano e o GMV bruto do canal Online cresceu 11,4%. A expansão na receita aliada a uma nova estratégia comercial e um rígido controle de despesas resultou em um EBITDA no ano de R\$1.361 milhões, 122% acima do pro forma¹ de 2016. Nossa margem EBITDA obteve uma expansão de 266bps, atingindo 5,3% em 2017. A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$195 milhões em 2017 *versus* um prejuízo pro forma de R\$750 milhões em 2016.

Concluimos no início de 2017 as primeiras etapas da integração entre Cnova e Via Varejo, o que nos possibilitou priorizar projetos que aceleraram a melhoria na experiência do cliente em todos os nossos canais (Lojas Físicas e Online). Com os canais Online e Lojas Físicas totalmente integrados, pudemos implementar uma estratégia comercial multicanal que possibilitou a adoção de uma política de precificação e sortimento mais assertivos. Adicionalmente, a integração entre os canais nos permitiu estreitar ainda mais nossa relação com nossos fornecedores já que passamos a ofertar um maior leque de produtos a nossos clientes. Iniciamos a operação do Retira Rápido (Click&Collect) em todas as nossas lojas e nos tornamos a primeira companhia do varejo brasileiro a disponibilizar este tipo de serviço em toda a sua rede (compra no site e retira em qualquer loja em até 24hs).

No 2T17 a Companhia alcançou crescimento de duplo dígito nas Lojas Físicas, o que não ocorria desde o 3T13. Tivemos o melhor Dia das Mães dos últimos anos e um excelente resultado no Dia dos Namorados. Iniciamos a operação das Lojas Premium com crescimento substancial em vendas e rentabilidade, oferecendo sortimento e atendimento diferenciados e preços atrativos. No canal Online, fizemos um ajuste no portfólio de produtos e serviços financeiros e otimizamos nossa base de sellers a fim de priorizar um excelente nível de serviço.

No 3T17 a Companhia acelerou os projetos de inovação e eficiência visando aumentar a liderança no setor do varejo de eletroeletrônicos e móveis brasileiro. Encerramos o modelo de precificação regional, projeto que propicia ganhos importantes em margem comercial, atingindo todas as lojas e categorias, nos dando maior capacidade e flexibilidade para entender as diferenças na dinâmica de mercado em cada uma das microrregiões em que atuamos. Finalizamos, também, o piloto do novo sistema de vendas – MOVVE 2.0, que beneficia ao mesmo tempo: i) o cliente (venda mais assertiva, tanto em produto quanto no modo de pagamento), e ii) a equipe de vendas (maior eficiência na venda e potencial para maior comissionamento em função da venda mais rentável). A implementação do MOVVE 2.0 representa um marco importante para a Companhia, pois esse sistema disponibilizará à nossa equipe as informações e ferramentas necessárias para aumentar a conversão de vendas na loja, com maior margem comercial.

A Companhia iniciou o 4T17 com um objetivo audacioso: realizar a Black Friday mais rentável da história. Além dos investimentos em marketing e comunicação, com participações do *digital influencer* Evaristo Costa realizando transmissões ao vivo dos nossos produtos, também investimos no nível de serviço com a “Entrega Garantida” (a Companhia entrega no prazo prometido ou seu produto sai de graça). Mobilizamos a operação logística para oferecer um nível de serviços jamais visto no Brasil em um evento do porte da Black Friday. Foram mais de 220 mil entregas (2,4 milhões de quilômetros rodados) com um nível de eficiência de entrega de 99,8%. Essas iniciativas somadas ao bom portfólio tanto de produtos em todos os canais quanto de serviços financeiros nos garantiu uma excepcional Black Friday, com crescimento de receita e expansão de margens em relação a 2016. No período de Natal, obtivemos indicadores operacionais positivos que fizeram com que a margem EBITDA de 6,9% reportada no período fosse a maior do ano. Além dos eventos sazonais no 4T17, expandimos o *roll-out* do MOVVE 2.0 e finalizamos o ano com 185 lojas sob o novo sistema. Realizamos a abertura da primeira loja do modelo Smart em Canoas/RS, que precedeu outras 5 aberturas até o final de 2017. Lançamos o novo site de móveis com uma melhor experiência para o consumidor, o que deve propiciar uma maior atratividade ao segmento, que hoje possui um dos melhores retornos do mercado de *e-commerce*.

A expectativa para 2018 é positiva, considerando que temos: i) um plano de expansão de Lojas Físicas de aproximadamente 80 lojas, ii) finalização do *roll-out* do MOVVE 2.0 no 1S18, iii) implementação dos sistemas que permitirão no 2S18 a venda de toda a cauda longa do Online em todas as nossas lojas, e iv) maturação do novo sistema de precificação por microrregião que foi finalizado em Set/17, entre outras diversas iniciativas.

Continuamos com nossa estratégia de otimizar nossa plataforma de *marketplace* e, até o final de 2018, tornar a Via Varejo o *one-stop-shop* dos *sellers*, com um portfólio diferenciado e único no Brasil, em porte e nível de serviço. A futura plataforma Via Varejo será uma via única de compras para os nossos clientes, do jeito que o cliente quer, gosta e precisa.

¹ Considerando a consolidação integral do resultado do exercício de 2016 da Cnova para fins comparativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Via Varejo S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Companhia ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Em atendimento à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, declaramos que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Deloitte não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras e outros serviços correlatos previstos na NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis.

A Administração

Notas Explicativas

Via Varejo S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2017 e Relatório dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

1. Informações corporativas

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via Varejo”) atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, além das plataformas de *e-commerce* “pontofrio.com”, “casasbahia.com”, “extra.com.br” e “barateiro.com”. Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia detém suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos “VVAR3”, “VVAR4” e “VVAR11” e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”), que por sua vez tem o Casino Guichard Perrachon como controlador através de suas *holdings*.

As participações societárias da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 9(b).

a) Reorganização societária das operações de comércio eletrônico

A Companhia teve sua participação societária nas operações de comércio eletrônico no Brasil reorganizada no ano de 2016, passando a operar os sites da Cnova Comércio Eletrônico S.A. (“Cnova Brasil”) de forma conjunta com suas lojas físicas a partir de 31 de outubro de 2016, portanto, os valores consolidados da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, contemplam o resultado da Cnova Brasil a partir da reorganização societária. Vide detalhes na nota explicativa nº 25.

b) Ofício CVM

Em 18 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (“SEP”) da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013.

A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remensuração do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira.

A Companhia apresentou recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM com pedido de efeito suspensivo nos termos da Deliberação CVM 463, porém definiu atender o item (i) do Ofício CVM. Desta forma as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reapresentadas em 27 de julho de 2016.

Com relação ao item (ii) acima, em 24 de abril de 2017 a Companhia recebeu uma manifestação definitiva do Colegiado da CVM acatando o recurso apresentado. Desta forma não há nenhum efeito a ser considerado relacionado a esse item.

Não há efeitos oriundos deste assunto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

2. Práticas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2018.

a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em 31 de dezembro de 2017.

Em 2016, a Companhia passou a aplicar as melhorias anuais às IFRS referentes aos Ciclos 2012-2014, contendo, também, as modificações às IAS 1, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Em 2017, a Companhia passou a aplicar as alterações à IAS 12 – Impostos sobre receitas e IAS 7 – Fluxo de caixa, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A aplicação dessas revisões e interpretações não resultou em impactos relevantes nas divulgações ou demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

(i) CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

O pronunciamento contábil CPC 48 (IFRS 9) substituirá o CPC 38 (IAS 39) a partir de 1º de janeiro de 2018. Entre as alterações apresentadas, os maiores impactos são:

- Contabilização de *hedge accounting*;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros e;
- Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.

Hedge accounting

As mudanças apresentadas referem-se à possibilidade de proteção de risco de itens financeiros e não financeiros, além de alterações na forma de documentar o *hedge*. Não identificamos qualquer impacto em mensuração e divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia derivado deste item da nova norma.

Notas Explicativas

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Identifica dois critérios que devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros. Os ativos deverão ser classificados em (i) valor justo contra o resultado, (ii) valor justo contra outros resultados abrangentes ou (iii) custo amortizado. A Companhia não terá qualquer efeito a registrar a partir da adoção da norma em seus instrumentos financeiros, exceto para as contas a receber relacionadas às “Administradoras de cartão de crédito”, que será classificado como “valor justo contra outros resultados abrangentes”, sendo o seu valor ajustado a cada data de balanço, porém sem efeitos significativos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes com base em 12 meses ou por toda a vida.

Atualmente as perdas estimadas das contas a receber de clientes são apuradas pelo critério de perda incorrida. A nova norma determina que o critério utilizado seja o de perda esperada. A norma também indica que carteiras com características distintas podem ter avaliação distinta, além de indicar duas abordagens: 3 estágios e simplificada. Com isso, a Companhia passará a estimar as perdas de cada carteira considerando o histórico de cada uma das carteiras, e também em indicadores externos aplicáveis a cada uma delas. Nossa principal carteira de recebíveis é a carteira de Financiamento a clientes – CDCI, para a qual utilizaremos a abordagem simplificada utilizando uma matriz de provisão. Para as demais carteiras a Companhia também utilizou a abordagem simplificada, com métodos específicos para cada carteira. Em 31 de dezembro de 2017 a perda estimada nestas carteiras é de R\$461 e a adoção do CPC 48 aumentará a provisão para perdas em R\$163, além de um ativo fiscal diferido de R\$40, ambos os efeitos registrados no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2018.

(ii) CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

Implementa um modelo com base em princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida e introduz novas divulgações.

A Via Varejo, como uma Companhia varejista que atua em vendas em lojas físicas e no comércio eletrônico, identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não sofreram alterações significativas.

Com base nas avaliações realizadas, os resultados da Companhia não apresentarão impactos relevantes na adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

(iii) CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações

Em junho de 2016 o IASB emitiu um *amendment* ao IFRS 2 – *Share-based Payment*, com principal objetivo alterar a classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações. Em outubro de 2017 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis considerou os impactos desse *amendment* em sua Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12 emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2018.

O pronunciamento determina, entre outros, que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém um passivo atualizado a valor justo, na rubrica de Tributos a pagar, no montante de R\$9 referente a provisão da retenção a ser transferida em caixa para a autoridade fiscal quando do exercício dos programas de pagamento baseado em ações com característica de liquidação pelo líquido. A norma estabelece que a Companhia deve reclassificar o valor contábil do passivo de pagamento baseado em ações para o patrimônio líquido na data em que aplicar pela primeira vez as alterações sem necessidade de correção dos períodos anteriores.

Notas Explicativas

(iv) CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – *Leasing*, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento exige, entre outros, que os arrendatários reconheçam os arrendamentos nos seus balanços patrimoniais, refletindo o seu direito de usar um ativo durante um determinado período e o passivo associado para refletir as obrigações. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a amortização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com sua respectiva vida útil.

A Companhia utiliza substancialmente, em sua operação, imóveis arrendados de terceiros referentes a lojas físicas, centros de distribuição, entrepostos e imóveis administrativos. Considerando o grande volume de arrendamentos, a Companhia está em fase de implantação de um módulo em seu sistema contábil para auxiliar no controle e registro adequado dessas transações.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes a aplicação desse pronunciamento não foram razoavelmente estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

(v) CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - *Income Taxes*, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. Até o momento a Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma.

c) Políticas contábeis gerais

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e partes relacionadas;
- Instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado: empréstimos em moeda estrangeira e derivativo;
- Outros passivos financeiros: fornecedores, fornecedores convênio, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração de resultado.

A Companhia possui um convênio com instituições financeiras com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e concluiu-se que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discrição do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os acordos com fornecedores, que incluem aumento do prazo em relação à transação original e para os quais há custos financeiros relativos a este aumento de prazo, foram registrados na rubrica “Fornecedores convênio” e estão descritas na nota explicativa nº 3 (f)(i).

Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Notas Explicativas

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos empréstimos com objeto de *hedge* e do *swap* é mensurado através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo é desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela BM&FBovespa. Para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

3. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Estimativas e premissas contábeis críticas

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas Explicativas

b) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	2.802	3.938	3.559	4.030
Contas a receber	3.440	2.616	4.189	2.964
Partes relacionadas	1.069	1.028	539	681
Passivos financeiros				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	(5.590)	(4.230)	(7.726)	(5.618)
Fornecedores convênio	(437)	(489)	(437)	(489)
Empréstimos e financiamentos	(3.607)	(3.174)	(3.616)	(3.209)
Partes relacionadas	(258)	(246)	(139)	(189)
Repasse a terceiros	(398)	(358)	(446)	(382)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	(253)	(583)	(730)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. O risco mais significativo a que a Companhia está exposta está relacionado aos riscos de mercado, decorrente dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 é a redução do percentual do CDI, uma vez que o saldo total das aplicações financeiras excedeu o saldo dos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil referenciadas ao CDI indexados a mesma modalidade de taxa de juros.

(i) Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), para fazer frente à necessidade de caixa para investimento e financiamento de clientes. Concomitantemente, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na BM&FBovespa para as datas de vencimento das operações, limitado a 12 meses, cuja taxa foi 6,71% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumentos na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Notas Explicativas

Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	3.304	216	162	108
Empréstimos bancários (*)	Redução do CDI	(50)	(2)	(2)	(1)
Arrendamento mercantil (*)	Redução do CDI	(3)	-	-	-
Impacto no ganho líquido no resultado			214	160	107

(*) Não inclui os contratos de empréstimos CDCI e determinados contratos de arrendamento mercantil financeiro por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitos a risco de variação. A análise de sensibilidade do instrumento financeiro derivativo está apresentada no item a seguir.

(ii) Instrumento financeiro derivativo

As políticas de tesouraria da Companhia não permitem contratações de instrumentos derivativos para quaisquer fins de: *swaps* com limitadores ("*caps*"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia, através de sua controlada Cnova Brasil, obteve junto ao banco HSBC France, um empréstimo em moeda nacional com taxas pré-fixadas no valor de R\$310 mediante a realização de um contrato de *swap* com taxas de juros referenciadas ao CDI, conforme quadro abaixo:

	Contraparte	Na data da contratação	Data de contratação	Data de vencimento	Consolidado
		Valor referência			Valor justo 31.12.2017
Empréstimo em moeda nacional	HSBC	(310)	15/05/2017	18/05/2018	(317)
		(310)			(317)
<u>Contratos de swap</u>					
Posição ativa		310			317
Posição passiva		(310)			(313)
Posição swap líquida		-			4

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas apresentam efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura em 31 de dezembro de 2017.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre contratos de *swap* são registrados no "Resultado financeiro líquido" e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo é registrado nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos", conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o ganho reconhecido no contrato de *swap* de taxa de juros foi de R\$4.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado até o vencimento do contrato decorrentes dos riscos de flutuação de taxas de juros, foi elaborada uma análise de sensibilidade da exposição da Companhia ao risco da taxa de juros do CDI do contrato de *swap* considerando três cenários. No cenário I foi considerado a curva futura do CDI para a data de vencimento do empréstimo que foi obtida na BM&FBovespa de 6,46% a.a. Nos cenários II e III foram projetados a taxa de juros com aumento de 25% e 50%, respectivamente.

Notas Explicativas

Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros do instrumento financeiro derivativo demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

Operação	Risco	Consolidado Saldo em 31.12.2017	Análise de sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de <i>Swap</i> - posição passiva (*)	Redução do CDI	(313)	(9)	(6)	(4)
Impacto de perda no resultado			(9)	(6)	(4)

(*) Não inclui o contrato de empréstimos em moeda nacional e a ponta ativa do *swap* por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitas ao risco de variação.

iii) Taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

A Companhia quitou determinados empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) durante o primeiro semestre de 2017, e em agosto de 2017 captou um novo contrato de empréstimo em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) com taxas de juros pré-fixadas. Desta forma, a Companhia está exposta somente ao risco de variação cambial pela dívida contraída. A Companhia faz uso de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI.

A Companhia e suas controladas mantêm um empréstimo em moeda estrangeira ativo totalmente protegido por contratos de *swap*, conforme descrição abaixo:

	Contraparte	Na data da contratação		Data de contratação	Data de vencimento	Consolidado	
		Valor referência USD milhões	Valor referência R\$			Valor justo R\$ 31.12.2017	Valor justo R\$ 31.12.2016
Empréstimo em moeda estrangeira (objeto de <i>hedge</i>)	Citibank	(50)	(154)	10/04/2015	10/04/2017	-	(162)
	Citibank	(30)	(92)	14/04/2015	17/04/2017	-	(97)
	Santander	(47)	(190)	22/02/2016	16/02/2017	-	(157)
	Safr	(75)	(244)	22/07/2016	02/05/2017	-	(251)
	Santander	(80)	(250)	07/08/2017	06/08/2018	(266)	-
		(282)	(930)			(266)	(667)
Contratos de <i>swap</i>							
Posição ativa		282	930			266	666
Posição passiva		(282)	(930)			(253)	(729)
Posição <i>swap</i> líquida		-	-			13	(63)

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas e apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto durante a sua vigência e até a sua liquidação.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre estes contratos de *swap* foram registrados no "Resultado financeiro líquido" e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo foi registrado nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos", conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a perda reconhecida nos contratos de *swap* de moeda estrangeira foi de R\$35 (perda de R\$147 em 31 de dezembro de 2016).

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando três cenários.

Notas Explicativas

Para o contrato do Santander no cenário I as seguintes premissas foram adotadas: (i) a curva futura do CDI para a data de vencimento do empréstimo foi obtida na BM&FBovespa, cuja taxa foi de 6,52% a.a.; e (ii) a taxa de câmbio foi definida em R\$3,38 com base na cotação do dólar futuro negociado na BM&FBovespa para a data de vencimento do contrato. Nos cenários II e III, foram projetados o CDI e dólar com incremento de 25% e 50%, respectivamente.

Segue quadro de análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

Operação	Risco	Saldo em 31.12.2017	Análise de sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Valorização do dólar (USD)	(266)	(9)	(78)	(147)
Swap (ponta ativa em USD)	Valorização do dólar (USD)	266	11	80	149
Swap (ponta passiva em USD)	Redução do CDI	(253)	(11)	(8)	(6)
Impacto líquido comparado com o saldo contábil			(9)	(6)	(4)

d) Riscos de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa no curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter níveis de linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31.12.2017					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	5.590	-	5.590	7.726	-	7.726
Fornecedores convênio	438	-	438	438	-	438
Empréstimos e financiamentos	3.319	327	3.646	3.950	349	4.299
Instrumentos derivativos	-	-	-	(9)	-	(9)
Arrendamento mercantil financeiro	27	88	115	31	88	119
	9.374	415	9.789	12.136	437	12.573

e) Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras e na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Notas Explicativas

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras validadas pelo Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha com *ratings* superiores a AA+ (ou código equivalente) em moeda local concedidos pelas agências de classificação de risco de crédito Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados.

Para os saldos das contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato que grande parte das vendas da Companhia é realizada utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas pelo Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes, por meio de interveniência com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são avaliadas conforme a política contábil da Companhia descrita na nota explicativa nº 5(a) e os saldos dessas estimativas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são considerados pela Administração suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber.

f) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	3.559	3.559	4.030	4.030
Empréstimos e financiamentos	(4.199)	(733)	(3.939)	(937)
Fornecedores convênio (i)	(437)	(437)	(489)	(489)

- (i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 7,43% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (15,31% a.a. em 31 de dezembro de 2016). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

Notas Explicativas

g) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	31.12.2017			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	2.382	2.489	2.382	2.489
Administradoras de cartões de crédito (ii)	1.161	1.112	1.639	1.575
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(3.466)	(3.486)	(3.466)	(3.486)
Valor justo por meio do resultado				
Contratos de <i>swap</i> (ii)	-	-	17	17
Empréstimos e financiamentos – moeda nacional e estrangeira (ii)	-	-	(583)	(583)

- (i) Os contratos de financiamento ao consumidor - CDCI são classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo a Companhia utilizou como premissa o resultado médio das operações de CDCI sobre a carteira média de recebíveis do CDCI dos últimos 12 meses, a expectativa de perdas, bem como a taxa média dos contratos em aberto.
- (ii) Os contratos de *swap* e os empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de administradoras de cartões de crédito.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e contas bancárias		239	120	255	175
Aplicações financeiras comprometidas	97,75% do CDI a.a.	2.557	3.756	3.295	3.793
Aplicações financeiras automáticas	9,98% do CDI a.a. (i)	6	62	9	62
		2.802	3.938	3.559	4.030

- (i) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

Notas Explicativas

5. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados com Contas a Receber referem-se às atividades operacionais da empresa, ou seja, venda de bens de consumo e serviços correlatos. Os demais contas a receber são reconhecidos na rubrica "Outras contas a receber".

Os saldos de contas a receber são registrados pelo valor de venda, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros, e deduzindo a perda do valor recuperável, conforme métodos explicados abaixo.

A Companhia utiliza duas fórmulas distintas para avaliação das perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa: (i) para o Contas a Receber de financiamento ao consumidor CDCI, a métrica que a Companhia julga suficiente para as perdas estimadas consiste em uma análise histórica dos últimos 24 meses, comparando a carteira de clientes, o faturamento líquido e as inadimplências ocorridas; (ii) para os demais Contas a Receber, a Companhia reconhece Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") sobre títulos vencidos há mais de 180 dias, ou quando o cliente não tem solvência.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Administradoras de cartões de crédito (i)	1.161	543	1.639	695
Financiamento ao consumidor - CDCI (ii)	2.382	2.138	2.382	2.138
Contas a receber - B2B (iii)	-	-	308	213
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(378)	(310)	(461)	(364)
Outras contas a receber	275	245	321	282
	3.440	2.616	4.189	2.964
Circulante	3.241	2.438	3.988	2.782
Não circulante	199	178	201	182

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia, foi realizada a venda parcial dos recebíveis com as operadoras de cartões de crédito ou banco. O prazo médio de recebimento das vendas é de 4 meses.

(ii) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses sendo o prazo médio de 13 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 12(a)(i)).

(iii) Refere-se a vendas realizadas diretamente a pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	(310)	(253)	(364)	(253)
Reorganização societária (nota 25)	-	-	-	(43)
Perda estimada registrada no exercício	(609)	(556)	(717)	(573)
Baixas de contas a receber	541	499	620	505
Saldo no fim do exercício	(378)	(310)	(461)	(364)
Circulante	(351)	(288)	(434)	(342)
Não circulante	(27)	(22)	(27)	(22)

Notas Explicativas

- d) Composição por período de vencimento das contas a receber, bruta de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

		Aging das contas a receber – Controladora					
		Total	A vencer	≤ 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2017		3.818	3.582	109	47	34	46
31 de dezembro de 2016		2.926	2.705	102	45	31	43

		Aging das contas a receber – Consolidado					
		Total	A vencer	≤ 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2017		4.650	4.306	163	62	45	74
31 de dezembro de 2016		3.328	3.019	135	54	35	85

6. Estoques

- a) Política contábil

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas ao resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

- b) Estimativas e premissas contábeis críticas

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e (iii) custo do estoque.

- c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lojas	1.681	1.508	1.681	1.508
Centrais de distribuição	1.753	1.063	2.784	1.633
Almoxarifado	13	10	14	12
Estimativa de perda ao valor realizável líquido	(59)	(41)	(100)	(99)
	3.388	2.540	4.379	3.054

- d) Movimentação das estimativas de perda para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	(41)	(30)	(99)	(32)
Reorganização societária (nota 25)	-	-	-	(66)
Adições	(79)	(96)	(86)	(102)
Perdas realizadas	61	85	85	101
Saldo no fim do exercício	(59)	(41)	(100)	(99)

Notas Explicativas

7. Tributos a recuperar

a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A expectativa de realização do ICMS a recuperar é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada Estado e geração de débitos para consumo desses créditos por Estado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia reavaliou as expectativas de realização tendo como base nas alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

Para os créditos de ICMS a recuperar, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, considerando a expectativa futura de crescimento médio de 6,5% a.a. para o período de monetização, e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados periodicamente com base em informações extraídas principalmente do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência do plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo eventuais novos elementos que contribuem para a realização do saldo conforme esperado.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ICMS a recuperar (i)	2.035	1.920	2.295	2.154
PIS e COFINS a recuperar (ii)	240	452	561	634
INSS a recuperar	35	33	41	33
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i)	3	4	4	5
Outros	15	42	43	72
	<u>2.328</u>	<u>2.451</u>	<u>2.944</u>	<u>2.898</u>
Circulante	181	401	219	581
Não circulante	2.147	2.050	2.725	2.317

(i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2017	Controladora	Consolidado
2018	73	(32)
2019	186	248
2020	212	280
2021	233	303
2022	250	292
2023 até 2027	1.084	1.208
	<u>2.038</u>	<u>2.299</u>

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos será finalizado dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as mercadorias são enviadas para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada Unidade da Federação.

Notas Explicativas

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A controlada Cnova Brasil desreconheceu em 2017 um ativo no montante de R\$77 referente a ICMS, devido a decadência de prazo. Não há outros saldos com possibilidade de decadência.

(ii) A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	94	94
2019	146	467
	<u>240</u>	<u>561</u>

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes em que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações das legislações que fizeram parte da análise e iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre os quais são calculados.

A Companhia manteve em 2016 e 2017 a aplicação do benefício fiscal que reduziu a zero a alíquota de PIS e COFINS sobre a receita bruta de venda a varejo de determinados produtos eletrônicos (Lei do Bem ou MP 690/2014 convertida na Lei 13.241/15), registrado como redutor dos impostos sobre vendas, sendo que em 2016 reconheceu o efeito integralmente no quarto trimestre.

Decisão do STF sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF, ocorrido em 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo respeitando a decisão do STF. O impacto deste tema na rubrica de receita de vendas de mercadorias e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 corresponde ao montante de R\$182. Adicionalmente, a Companhia, concluiu que há um ativo relativo aos créditos do período reclamado anterior ao julgamento, desde 2010.

A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre a decisão do STF e sua possível modulação, porém seus assessores estimam que a decisão da aplicação dos efeitos não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia. Na melhor estimativa da Administração, os efeitos de tais créditos a partir de 2010 até fevereiro de 2017 totalizam aproximadamente R\$953, incluindo atualização monetária e honorários a serem pagos a advogados, considerando que, na data de elaboração dessa demonstração financeira, o registro de tais créditos é provável, mas não praticamente certo, portanto não foram registrados e estão sendo divulgados.

8. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo)				Receita (Despesa)			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Controlador								
Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (c), (d), (e), (f)	195	229	177	226	(19)	(12)	(21)	(13)
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b), (e) (*)	(37)	63	-	-	(537)	(526)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (d)	(9)	-	-	-	(2)	(2)	-	-
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (b) (e) (*)	4	7	-	-	(204)	(116)	-	-
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (b), (d), (e), (g)	444	255	-	-	186	58	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(5)	(63)	(5)	(64)	-	(14)	(4)	(16)
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (**) (d), (g)	-	-	-	-	-	131	-	144
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d), (f)	219	291	228	331	(295)	(270)	(302)	(276)
Viaw Consultoria Ltda. (h)	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Cdiscount Group S.A.S.	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Cnova N.V. (nota 12(b)(ii))	-	-	-	-	-	-	-	(14)
Cnova Finança B.V. (nota 12(b)(ii))	-	-	-	-	-	-	-	(2)
	811	782	400	492	(871)	(752)	(327)	(178)
Ativo - partes relacionadas								
Circulante	664	517	124	132				
Não circulante	405	511	415	549				
Passivo - partes relacionadas								
Circulante	(258)	(246)	(139)	(188)				
Não circulante	-	-	-	(1)				

(*) Em 2017 a Companhia passou a apresentar os saldos de compra e venda com partes relacionadas líquido de impostos. Dessa forma os saldos de 2016 foram alterados para melhor comparabilidade.

(**) Trata-se do saldo não eliminado referente ao período de dez meses findo em 31 de outubro de 2016 em que a Cnova Brasil não era controlada pela Via Varejo. Mais informações na nota explicativa n° 1(a).

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas apresentadas nos quadros anteriores são resultado, principalmente, de transações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") de crédito, financiamento e investimento

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas, e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (Despesa)" no quadro anteriormente apresentado, e classificado na linha de receita de serviços na demonstração do resultado da Companhia.

Adicionalmente, a FIC atua como uma operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC era de R\$147 (R\$87 em 31 de dezembro de 2016). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" demonstrada na nota explicativa nº 5(b), em "Administradoras de cartões de crédito".

A FIC realiza, também, operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu R\$26 (R\$23 em 31 de dezembro de 2016) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

Em 01 de novembro de 2016, a Via Varejo readquiriu o direito de exclusividade para a oferta de Seguros nas lojas Ponto Frio pelo montante de R\$65, liquidado em janeiro de 2017.

b) Contratos de mútuos com controladas

Os contratos de mútuos são atualizados monetariamente pelas taxas médias a seguir:

	Percentual do CDI	
	31.12.2017	31.12.2016
VVLog Logística Ltda.	105,0%	105,0%
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	-	105,0%
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	105,0%	-

c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD")

A controladora CBD é fiadora da Companhia em determinados contratos de financiamento e aluguel e avalista em um contrato de prestação de serviço, além do reembolso de despesas com pessoal e aluguel entre as partes.

A Companhia também adquire cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto à CBD, em preços semelhantes à concorrência. Esta aquisição representou uma despesa de R\$47 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$42 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

A CBD realiza a contratação de seguros para todas as empresas do grupo econômico, e solicita o reembolso dos custos por esta negociação. O montante da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$21 (R\$1 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a CBD realizou pagamentos de determinadas demandas judiciais cíveis e trabalhistas de Cnova Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Cnova Brasil ressarciu o montante de R\$26 para CBD relativo a estas demandas judiciais (R\$63 em 28 de dezembro de 2016).

d) Operações de aluguéis e prestação de serviço

A Companhia realizou operações de aluguel, compartilhamento de suas Centrais de Distribuição e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova Brasil.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 303 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da Casa Bahia Comercial ("CB"), conforme Acordo de Associação entre Via Varejo, CBD e CB, com o saldo a pagar de R\$26 em 31 de dezembro de 2017 (R\$24 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

e) Compra e venda de mercadorias e serviços

A Companhia efetuou operações de compra de mercadorias com a Bartira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$537 (R\$536 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), venda de mercadorias a preço de custo para Cnova Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$242 (R\$176 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), compra de mercadorias da Cnova Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$9 (R\$5 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e a contratação de serviços de frete com a VVLog no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$208 (R\$120 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a intermediação da negociação de compra de mercadorias para CBD recebendo uma comissão por essa intermediação, no montante de R\$39 (R\$25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

f) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, CBD e CB

Em 2010 foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre Via Varejo, CBD e CB que, dentre outros direitos, garantiu à Via Varejo o direito de ser indenizada a título de perdas e danos, por CBD e CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas, ocorridas a partir de 30 de junho de 2010, mas que eram relativas à fatos ou atos sob responsabilidade dos antigos controladores das empresas constantes do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, ao findar o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, ocorrida no dia 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos a constituição de indenização relativa às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos à tais perdas e danos.

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um "Termo de Acordo" com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativas às contingências potenciais; e (iii) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências potenciais. O Termo de Acordo foi aprovado posteriormente pelos Conselhos de Administração da Companhia e de CBD em 24 de julho de 2017.

A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos acionistas de CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade deles, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Como resultado deste Termo de Acordo:

- A Companhia e CB compensaram valores devidos a cada parte, tendo um saldo remanescente de R\$13 a ser pago por CB à Companhia durante o exercício de 2018.
- A Companhia reconheceu em suas informações contábeis no semestre findo em 30 de junho de 2017, na rubrica "outras receitas e despesas operacionais", uma despesa de R\$97 decorrente dos critérios estabelecidos no Termo de Acordo para apuração de responsabilidades de cada parte para reembolso das perdas indenizáveis.

No Termo de Acordo foi definido ainda a realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve reportar as perdas e danos incorridos, a serem potencialmente indenizados pela outra parte. O Termo de Acordo também prevê que divergências entre as partes sobre eventuais valores devidos a título de perdas e danos que não sejam resolvidos de forma amigável conforme procedimentos definidos no Termo de Acordo, poderão ser solucionadas por meio de arbitragem.

Durante o segundo semestre de 2017, a Companhia apresentou o montante de R\$81 para ser indenizada por CB, conforme previsto no Termo de Acordo, que, por sua vez, apresentou o valor de R\$88 de indenizações a receber da Companhia. Pelo modelo de governança estabelecido no Termo de Acordo, a Companhia e CB estão em fase de avaliação da documentação apresentada para subsequente compensação ou pagamento de valores efetivamente devidos.

Notas Explicativas

Desta forma, o saldo total de contas a receber de R\$254 mantido pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017, refere-se substancialmente ao direito da Companhia em ser indenizada pelas contingências potenciais que eventualmente poderão ser desembolsadas pela Companhia e, posteriormente, reembolsadas por CB, conforme procedimentos previstos no Termo de Acordo.

g) Cnova Brasil

Em 31 de outubro de 2016, como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1(a), a Cnova Brasil passou a ser controlada por Via Varejo, momento a partir do qual as transações de resultado ocorridas estão demonstradas na rubrica "Controladas".

h) Serviços de consultoria

A Companhia contratou a Viaw Consultoria Ltda. para a prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia, cujo contrato foi encerrado em 2016. O sócio da empresa contratada é membro do Conselho de Administração da Companhia.

i) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram as seguintes:

	31.12.2017		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total (*)
Diretoria	31	9	40
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	2	-	2
	<u>33</u>	<u>9</u>	<u>42</u>

(*) Devido a superação das metas pela Companhia no exercício, foi reconhecida uma provisão acima do montante de R\$36 aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 2017. A proposta para pagamento do valor excedente ao montante já aprovado será submetida a Assembleia Geral, que ocorrerá após a divulgação destas demonstrações financeiras.

	31.12.2016		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	27	3	30
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	3	-	3
	<u>30</u>	<u>3</u>	<u>33</u>

9. Investimentos

a) Política Contábil

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. Controle é definido: (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação do investimento é descontinuada. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento da desconsolidação. A parcela do investimento é remensurada a valor justo caso seja retida após a perda de controle, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Coligadas são todas as entidades que a Companhia detém, direta ou indiretamente, influência significativa sobre as atividades operacionais e financeiras relevantes, porém não detém controle. Os investimentos em coligadas são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são, subsequentemente, ajustados pelo percentual de participação da Companhia nos resultados e mutações do patrimônio líquido da coligada. O investimento inclui o ágio apurado na aquisição de controlada.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e atualmente permitido pelas IFRS, os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

b) Participações societárias

Investimentos	31.12.2017		31.12.2016	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Controladas				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil")	100,00%	-	100,00%	-
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A. ("E-Hub")	-	100,00%	-	100,00%
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	100,00%	-	100,00%
Via Varejo Luxembourg Holding S.à r.l.	-	100,00%	100,00%	-
Via Varejo Netherlands Holding B.V.	-	100,00%	-	100,00%
Coligadas				
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%

c) Saldos e movimentação

	Controladora						
	Cnova N.V. (ii)	VVPart	Cnova Brasil (*)	Bartira	Lake	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(225)	-	-	729	121	76	701
Equivalência patrimonial	(217)	-	28	(25)	30	3	(181)
Reorganização societária (nota 25)	-	-	(1.355)	-	-	-	(1.355)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Aumento de capital	-	392	437	-	-	-	829
Ajustes de conversão	50	-	-	-	-	-	50
Pagamento relativo à reorganização societária (nota 25)	-	-	(47)	-	-	-	(47)
Aporte de passivos (nota 25)	392	(392)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	(937)	704	143	79	(11)
Equivalência patrimonial	-	-	(219)	(29)	22	7	(219)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(76)	-	(76)
Aumento de capital	-	-	874	102	-	-	976
Transações de capital (iii)	-	-	(84)	-	-	-	(84)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	(366)	777	89	86	586

(*) Em 31 de dezembro de 2017 a controladora Via Varejo mantém um saldo em passivo a descoberto de R\$366 (R\$937 em 31 de dezembro de 2016) para a controlada Cnova Brasil.

Notas Explicativas

	Consolidado		
	FIC (i)	BINV (i)	Cnova N.V. (ii)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	103	19	(225)
Equivalência patrimonial	29	1	(217)
Ajustes de conversão	-	-	50
Distribuição de dividendos	(8)	-	-
Reorganização societária (nota 25)	-	-	392
Saldo em 31 de dezembro de 2016	124	20	-
Equivalência patrimonial	25	1	-
Distribuição de dividendos e JCP	(81)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	68	21	-

(i) FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. Atualmente, o BINV encontra-se em fase não operacional. A Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, através de participação no Conselho de Administração das associadas. A participação no capital votante total da FIC e do BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

(ii) Cnova N.V.

Como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 25, Cnova N.V. deixou de ser coligada em 31 de outubro de 2016.

(iii) Transações de capital

Refere-se ao crédito de prejuízo fiscal de Cnova Brasil transferido para Via Varejo sem custo financeiro. Mais detalhes sobre essa transação estão descritos na nota explicativa nº14(c)(ii).

d) Informações financeiras resumidas das coligadas

A seguir, informações da coligada que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

Balanco patrimonial	FIC	
	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante	4.621	3.918
Ativo não circulante	69	44
Ativo total	4.690	3.962
Passivo circulante	4.026	2.876
Passivo não circulante	11	15
Patrimônio líquido (*)	653	1.071
Total passivo e patrimônio líquido	4.690	3.962
Demonstração do resultado		
Receitas	988	1.012
Resultados operacionais	321	344
Lucro (prejuízo) líquido	178	202

(*) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia.

Notas Explicativas

10. Imobilizado

a) Política contábil

O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado inicialmente pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, se atendidos os critérios de reconhecimento. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Quando está diretamente relacionada à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica “Custo das mercadorias e serviços vendidos”. Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo imobilizado são relacionadas a seguir:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19
Máquinas e equipamentos	11
Equipamentos de informática	5
Instalações	12
Móveis e utensílios	13
Veículos	4

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, onde o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor contábil. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. No caso do ativo imobilizado, a perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas avaliadas anualmente adotadas para definir o valor recuperável do ativo.

Notas Explicativas

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") são suas lojas, individualmente, e testa o ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado nas seguintes etapas:

- Compara-se o valor residual das UGC's com um múltiplo de venda representativo das transações entre empresas do segmento (no caso 30%). As UGC's que apresentarem resultado do múltiplo inferior aos ativos seguem para a próxima etapa;
- Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC's identificadas para os próximos 5 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC's devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, está apresentado no item (e) desta nota explicativa.

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12	-	12	12	-	12
Edifícios	18	(9)	9	18	(9)	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	920	(274)	646	913	(237)	676
Máquinas e equipamentos	148	(78)	70	156	(68)	88
Equipamentos de informática	351	(242)	109	317	(208)	109
Instalações	133	(66)	67	166	(78)	88
Móveis e utensílios	240	(96)	144	191	(57)	134
Veículos	5	(4)	1	15	(7)	8
Imobilizado em andamento	118	-	118	38	-	38
Outros	39	(24)	15	39	(18)	21
	1.984	(793)	1.191	1.865	(682)	1.183
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	155	(146)	9	156	(143)	13
	2.139	(939)	1.200	2.021	(825)	1.196

	Controladora					Saldo em 31.12.2016
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (i)	
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	22	-	-	(1)	(12)	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	694	1	(24)	(47)	52	676
Máquinas e equipamentos	91	-	-	(9)	6	88
Equipamentos de informática	119	3	1	(35)	21	109
Instalações	94	-	(2)	(13)	9	88
Móveis e utensílios	132	-	-	(11)	13	134
Veículos	19	-	(10)	(1)	-	8
Imobilizado em andamento	4	117	-	-	(83)	38
Outros	28	-	-	(7)	-	21
	1.215	121	(35)	(124)	6	1.183
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	23	-	-	(10)	-	13
	1.238	121	(35)	(134)	6	1.196

- Os saldos da coluna "Transferências" foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

Notas Explicativas

Controladora						
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	9	-	-	-	-	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	676	-	(1)	(50)	21	646
Máquinas e equipamentos	88	-	(1)	(15)	(2)	70
Equipamentos de informática	109	-	(1)	(39)	40	109
Instalações	88	-	(3)	(13)	(5)	67
Móveis e utensílios	134	-	(1)	(16)	27	144
Veículos	8	-	(6)	(1)	-	1
Imobilizado em andamento	38	156	(1)	-	(75)	118
Outros	21	-	(1)	(7)	2	15
	1.183	156	(15)	(141)	8	1.191
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	13	-	-	(4)	-	9
	1.196	156	(15)	(145)	8	1.200

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	16	-	16	16	-	16
Edifícios	23	(13)	10	24	(14)	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	929	(282)	647	923	(245)	678
Máquinas e equipamentos	392	(204)	188	401	(176)	225
Equipamentos de informática	401	(274)	127	362	(233)	129
Instalações	164	(80)	84	194	(89)	105
Móveis e utensílios	257	(104)	153	207	(63)	144
Veículos	60	(9)	51	66	(13)	53
Imobilizado em andamento	118	-	118	43	-	43
Outros	44	(24)	20	39	(18)	21
	2.404	(990)	1.414	2.275	(851)	1.424
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	155	(146)	9	157	(143)	14
	2.559	(1.136)	1.423	2.432	(994)	1.438

	Consolidado						
	Saldo em 31.12.2015	Reorganização societária (nota 25)	Adições	Baixas	Depreciações	Transfe- rências (ii)	Saldo em 31.12.2016
Terrenos	16	-	-	-	-	-	16
Edifícios	23	-	-	-	(1)	(12)	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	694	1	1	(25)	(54)	61	678
Máquinas e equipamentos	198	52	1	(3)	(13)	(10)	225
Equipamentos de informática	120	24	2	1	(40)	22	129
Instalações	100	13	1	(2)	(12)	5	105
Móveis e utensílios	133	3	-	-	(14)	22	144
Veículos	63	-	-	(9)	(1)	-	53
Imobilizado em andamento	9	-	117	(1)	-	(82)	43
Outros	28	-	-	-	(7)	-	21
	1.384	93	122	(39)	(142)	6	1.424
Arrendamento mercantil financeiro							
Equipamentos de informática	23	-	1	-	(10)	-	14
	1.407	93	123	(39)	(152)	6	1.438

(ii) Os saldos da coluna "Transferências" foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

Notas Explicativas

	Consolidado					Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edifícios	10	-	-	-	-	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	678	-	(1)	(50)	20	647
Máquinas e equipamentos	225	2	(2)	(35)	(2)	188
Equipamentos de informática	129	6	(1)	(47)	40	127
Instalações	105	2	(3)	(15)	(5)	84
Móveis e utensílios	144	-	(1)	(18)	28	153
Veículos	53	-	(6)	(1)	5	51
Imobilizado em andamento	43	155	(1)	-	(79)	118
Outros	21	5	(1)	(6)	1	20
	1.424	170	(16)	(172)	8	1.414
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	14	-	-	(5)	-	9
	1.438	170	(16)	(177)	8	1.423

d) Classificação da depreciação na demonstração do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$44 referente à depreciação de seu imobilizado nas demonstrações financeiras individuais (R\$26 em 31 de dezembro de 2016) e R\$76 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$46 em 31 de dezembro de 2016).

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do triênio 2018-2020, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento das vendas de 8% para o quarto e quinto ano; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 13,2% a.a. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 4,5% a.a.

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi registrada uma redução por *impairment* no montante de R\$2 (*nil* em 31 de dezembro de 2016) relacionada a 3 (três) lojas.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo o múltiplo para 25%, aumentando a taxa de desconto para 15,8% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise indicaria a necessidade de uma redução por *impairment* adicional no montante de R\$2 sobre o valor contábil.

11. Intangível

a) Política contábil

São compostos os ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado na aquisição de controladas, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, *softwares* adquiridos de terceiros e direitos readquiridos para exploração de venda de garantia estendida.

Notas Explicativas

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis confiavelmente identificáveis da investida são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento, são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos
Fundo de comércio	5
Software e licenças	6
Direito contratual	8
Contrato vantajoso	17

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, está apresentado no item (e) desta nota explicativa.

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Fundo de comércio (ii)	67	(65)	2	70	(66)	4
Direitos contratuais (iv)	251	(106)	145	251	(70)	181
Software e licenças	353	(124)	229	254	(105)	149
	671	(295)	376	575	(241)	334
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	126	(57)	69	113	(44)	69
	797	(352)	445	688	(285)	403

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31.12.2016
Fundo de comércio (ii)	7	-	-	(3)	4
Direitos contratuais (iv)	147	65	-	(31)	181
Software e licenças	138	27	(2)	(14)	149
	292	92	(2)	(48)	334
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	81	-	-	(12)	69
	373	92	(2)	(60)	403

Notas Explicativas

Controladora						
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Fundo de comércio (ii)	4	-	-	(2)	-	2
Direitos contratuais (iv)	181	-	-	(36)	-	145
Software e licenças	149	112	(5)	(19)	(8)	229
	334	112	(5)	(57)	(8)	376
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	69	13	-	(13)	-	69
Total	403	125	(5)	(70)	(8)	445

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2017			Saldo em 31.12.2016		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	627	-	627	627	-	627
Software e licenças	554	(240)	314	491	(198)	293
Direitos contratuais (iv)	251	(106)	145	251	(70)	181
Marcas e patentes (iii)	46	-	46	46	-	46
Contrato vantajoso (v)	36	(8)	28	36	(6)	30
Fundo de comércio (ii)	67	(65)	2	70	(66)	4
	1.581	(419)	1.162	1.521	(340)	1.181
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	133	(62)	71	121	(45)	76
	1.714	(481)	1.233	1.642	(385)	1.257

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2015	Reorganização societária (Nota 25)	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 31.12.2016
Ágio (i)	627	-	-	-	-	627
Software e licenças	140	149	29	(2)	(23)	293
Direitos contratuais (iv)	147	-	65	-	(31)	181
Marcas e patentes (iii)	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (v)	32	-	-	-	(2)	30
Fundo de comércio (ii)	7	-	-	-	(3)	4
	999	149	94	(2)	(59)	1.181
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	81	1	6	-	(12)	76
	1.080	150	100	(2)	(71)	1.257

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Ágio (i)	627	-	-	-	-	627
Software e licenças	293	121	(8)	(84)	(8)	314
Direitos contratuais (iv)	181	-	-	(36)	-	145
Marcas e patentes (iii)	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (v)	30	-	-	(2)	-	28
Fundo de comércio (ii)	4	-	-	(2)	-	2
	1.181	121	(8)	(124)	(8)	1.162
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	76	13	-	(18)	-	71
Total	1.257	134	(8)	(142)	(8)	1.233

Notas Explicativas

(i) Ágio

A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Bartira em 2013, no montante de R\$627.

(ii) Fundo de comércio

Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para o teste de valor recuperável, os fundos de comércio são alocados nas lojas que deram origem ao direito e testados em conjunto com a UGC.

(iii) Marcas e patentes

Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

(iv) Direitos contratuais

Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos.

Em 2016, a Companhia readquiriu os direitos de intermediação da venda de seguros nas lojas Ponto Frio de sua coligada FIC, pelo montante de R\$65, conforme descrito na nota explicativa nº 8(a). A vida útil é de 13 anos.

(v) Contrato vantajoso

O imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento mercantil operacional, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

d) Revisão da vida útil estimada

Em 2017 a Companhia procedeu com a revisão da vida útil estimada dos Intangíveis classificados como “softwares desenvolvidos internamente”, relacionados aos sites de comércio eletrônico, passando de 5 anos para 3 anos. Baseado nos ativos registrados em 1º de janeiro de 2017, a mudança dessa estimativa contábil impactou o resultado de 2017 em aproximadamente R\$11 de despesa. Para o ano de 2018 o impacto estimado é de R\$7 de despesa.

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível

Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa em que estes ativos intangíveis estavam vinculados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos a combinação de negócios de Bartira (ágio por aquisição de controlada, marca e contrato vantajoso), os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição de Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via Varejo.

Notas Explicativas

Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do triênio 2018-2020, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento das vendas de 8% para o quarto e quinto ano e 5% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 13,2% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de provisão para realização desse ativo.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo a taxa de crescimento em 20%, aumentando a taxa de desconto para 15,8% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise também não indicou a necessidade de constituição de provisão para realização desse ativo.

12. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
CDCI (i)	9,65% a.a.	3.466	3.002	3.466	3.002
Empréstimos em moeda estrangeira (ii)	2,87% a.a.	-	253	266	730
Empréstimos moeda nacional (ii)	9,29% a.a.	-	-	317	-
Arrendamento mercantil financeiro	11,34% a.a.	91	95	95	102
Outros		50	77	55	105
		3.607	3.427	4.199	3.939
Circulante		3.214	3.028	3.802	3.532
Não circulante		393	399	397	407

(i) CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira (vide nota explicativa nº 5(b)(ii)). As taxas são pré-fixadas a cada captação que a Companhia realiza. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 9,65% a.a. (15,11% a.a. em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Empréstimos em moeda estrangeira e moeda nacional

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas e, quando aplicáveis, juros variáveis, bem como de operações em moeda nacional com taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuantes). As operações de *swap* são contratadas com o mesmo conglomerado financeiro e moeda dos empréstimos correspondentes, e são registrados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos", conforme o valor líquido apurado de cada instrumento. Esses contratos possuem os mesmos prazos e datas para pagamento de juros e principal.

Notas Explicativas

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.259	3.259
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	4.291	4.365
Amortizações (i)	(4.179)	(4.589)
Amortização da dívida Cnova N.V. (ii)	-	(541)
Amortizações de arrendamento	(12)	(12)
Liquidação de contratos de <i>swap</i>	16	16
Pagamento de juros (i)	(333)	(338)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)
Pagamento de juros de <i>swap</i>	(28)	(28)
Variações que não envolvem caixa		
Reorganização societária (nota 25)	-	1.356
Captações de arrendamento	-	7
Juros incorridos (i)	385	407
<i>Swap</i>	129	128
Variação cambial	(89)	(79)
Marcação a mercado	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.427	3.939
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (iii)	4.858	5.433
Amortizações (iii)	(4.660)	(5.150)
Amortizações de arrendamento	(17)	(21)
Pagamento de juros (iii)	(372)	(429)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)
Variações que não envolvem caixa		
Captações de arrendamento	13	13
Juros incorridos (iii)	378	430
Variação cambial	(10)	(9)
Marcação a mercado	1	4
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	3.607	4.199

(i) Em 2016, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.291 de captações, R\$3.804 de amortizações, R\$313 de pagamento de juros e R\$355 de juros incorridos.

(ii) Com a reorganização societária, conforme nota explicativa n° 25, houve a obrigação de liquidar empréstimos de Cnova N.V. e Cnova Finança concedidos à Cnova Brasil em 2015. Os juros incorridos no exercício foram de R\$16 e o empréstimo foi liquidado em novembro de 2016.

(iii) Em 2017, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.858 de captações, R\$4.380 de amortizações, R\$358 de pagamento de juros e R\$343 de juros incorridos.

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2019	340	341
2020	18	19
2021	17	18
2022	18	19
Total	393	397

Notas Explicativas

13. Tributos a pagar

a) Política Contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a empresa precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PIS e COFINS a pagar	-	443	-	447
ICMS a pagar	121	115	135	136
Imposto de renda e contribuição social a pagar	100	-	106	1
Parcelamento (d)	30	-	30	-
Outros	35	17	37	24
	286	575	308	608
Circulante	243	573	265	600
Não circulante	43	2	43	8

c) Programa de Regularização Tributária ("PRT")

A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória ("MP") 766/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A MP permite que parte dos valores sejam liquidados através de prejuízo fiscal da Companhia e também de suas controladas. O valor total da adesão ao PRT foi de R\$111, composto por R\$107 de PIS e COFINS e R\$4 de um auto de infração relativo ao imposto de renda retido na fonte. A Companhia liquidou os débitos com a utilização de R\$84 de prejuízo fiscal de Cnova Brasil (vide nota explicativa nº 14(c)(ii)), R\$5 de prejuízo fiscal de Via Varejo e pagamento de R\$22.

Além da redução do saldo pelo PRT, a Companhia utilizou créditos de PIS e COFINS a recuperar, contabilizados na rubrica "Tributos a recuperar", no montante de R\$234 para liquidar os valores de PIS e COFINS a recolher, bem como efetuou a reclassificação de R\$74, objeto de autuação fiscal em exercícios anteriores, para a rubrica de "Provisão para demandas judiciais".

d) Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT")

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, instituído pela MP 783/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor total da adesão foi de R\$42, composto basicamente de processos relativos a PIS e COFINS e imposto de renda. A Companhia liquidou 20% da dívida e o remanescente do saldo devedor será pago em 145 meses a partir de janeiro de 2018.

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política Contábil

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

Notas Explicativas

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido. Créditos e prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja provável.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, bem como se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) antes da tributação	369	(47)	277	(63)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(125)	16	(94)	21
Equivalência patrimonial	(74)	(62)	9	(64)
Benefício fiscal de JCP	12	-	9	-
Doações (Lei Rouanet / FUMCAD / Incentivo ao esporte)	5	1	5	1
Ativo fiscal diferido não reconhecido (i)	-	-	(83)	20
PRT - reconhecimento de prejuízo fiscal (ii)	-	-	84	-
Outras diferenças permanentes	8	(3)	(12)	(10)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>(174)</u>	<u>(48)</u>	<u>(82)</u>	<u>(32)</u>
Corrente	(318)	(54)	(325)	(55)
Diferido	144	6	243	23
Despesas de imposto de renda e contribuição social	<u>(174)</u>	<u>(48)</u>	<u>(82)</u>	<u>(32)</u>

(i) A controlada Cnova Brasil não reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2017 os saldos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes ao prejuízo fiscal e diferenças temporárias dedutíveis representam o montante de R\$379 e R\$61, respectivamente.

(ii) De acordo com MP 766/2017, o PRT permite utilização de prejuízo fiscal das controladas como parte da liquidação de tributos federais. A Companhia, através de sua controlada Cnova Brasil, utilizou créditos de prejuízo fiscal de anos anteriores no valor de R\$84, e este saldo foi transferido de Cnova Brasil para Via Varejo sem custo financeiro. Mais informações vide nota explicativa nº 13(c).

Notas Explicativas

d) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Prejuízos fiscais e base negativa	-	10	61	45
Provisão para demandas judiciais	298	166	301	170
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	136	111	136	111
Provisão para despesas correntes	50	49	53	53
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	30	25	30	30
Outros	19	14	19	16
Total ativo fiscal diferido	533	375	600	425
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(106)	(87)	(125)	(98)
PPA Bartira	-	-	(35)	(40)
Outros	-	-	(6)	(6)
Total passivo fiscal diferido	(106)	(87)	(166)	(144)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados no balanço patrimonial líquidos por entidade contribuinte, sendo um ativo diferido de R\$427 e R\$439 na controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2017 (R\$288 e R\$295 na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016), e um passivo diferido R\$5 consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R\$14 consolidado em 31 de dezembro de 2016).

e) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2017	Controladora	Consolidado
2018	325	336
2019	105	112
2020	101	108
2021	1	8
2022	1	9
2023 em diante	-	27
	533	600

15. Provisão para demandas judiciais

a) Política Contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas.

Notas Explicativas

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculados com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas em caso de pagamento.

c) Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29	382	112	523
Adições	96	505	148	749
Pagamentos	(29)	(217)	(81)	(327)
Reversões	(1)	(103)	(65)	(169)
Atualização monetária	5	47	16	68
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100	614	130	844
Adições	114	690	120	924
Pagamentos	(33)	(254)	(50)	(337)
Parcelamento	(42)	-	-	(42)
Reversões	(32)	(185)	(88)	(305)
Atualização monetária	5	70	15	90
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112	935	127	1.174

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	40	400	114	554
Reorganização societária (nota 26)	-	2	33	35
Adições	96	531	161	788
Pagamentos	(29)	(224)	(88)	(341)
Reversões	(12)	(119)	(72)	(203)
Atualização monetária	5	49	19	73
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100	639	167	906
Adições	114	704	208	1.026
Pagamentos	(33)	(261)	(78)	(372)
Parcelamento	(42)	-	-	(42)
Reversões	(32)	(204)	(143)	(379)
Atualização monetária	5	74	21	100
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112	952	175	1.239

(i) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicável, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$110 com base na avaliação dos advogados externos e corroborada pela Administração. Este montante inclui o valor de R\$74 descrito na nota explicativa nº 13(c) acrescido de R\$34 de multa por autuação fiscal.

Notas Explicativas

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$952 (R\$639 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia possui 43.613 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2017 (30.970 em 31 de dezembro de 2016). A provisão sobre contingências trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Os principais processos são referentes a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado. A Companhia constitui provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da provisão era de R\$64 (R\$72 em 31 de dezembro de 2016).
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 63.332 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2017 (52.739 em 31 de dezembro de 2016). A provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa provisão era de R\$111 (R\$95 em 31 de dezembro de 2016).

d) Passivos contingentes

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando R\$1.645 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.487 em 31 de dezembro de 2016), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, IPI e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo Fisco, gerados em virtude de créditos advindos de êxito em processos judiciais, referentes a divergência de recolhimentos, pagamentos a maior e multa por descumprimento de obrigação acessória; (ii) autuação fiscal em decorrência da exclusão de valores considerados pela Receita Federal como receitas tributáveis e do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS não cumulativos referente a bonificações recebidas de fornecedores e taxa de administração de cartão. O montante envolvido nos referidos processos era de aproximadamente R\$504 em 31 de dezembro de 2017 (R\$485 em 31 de dezembro de 2016).
- ICMS, ISS e taxas: autuações fiscais decorrentes da tributação da comercialização de serviços, diferenças de informações transmitidas para a Fazenda Estadual, bem como visando rever a apropriação de créditos: (i) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o Fisco; (ii) descumprimento de obrigações acessórias; (iii) decorrentes da comercialização de garantia estendida e (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações era de aproximadamente R\$883 em 31 de dezembro de 2017 (R\$690 em 31 de dezembro de 2016).
- Ágio Mandala: autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$85 de IRPJ e CSLL (R\$79 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

e) Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos recursais (vinculados), de montantes equivalentes aos pendentes das decisões legais finais. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Previdenciárias e trabalhistas	858	555	874	566
Tributárias	31	26	33	28
Cíveis e outros	30	18	34	21
	<u>919</u>	<u>599</u>	<u>941</u>	<u>615</u>

f) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme demonstrado a seguir:

Ações	Imóveis	Carta de fiança	Total
Tributárias	17	1.571	1.588
Cíveis e outras	4	191	195
Previdenciária e trabalhistas	2	81	83
	<u>23</u>	<u>1.843</u>	<u>1.866</u>

O custo anual das cartas de fiança é de aproximadamente 0,76% e é registrado na rubrica "Despesas financeiras", pela fluência do prazo.

16. Operações de arrendamento mercantil

a) Política Contábil

A Companhia arrenda equipamentos e espaços, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 3 e 20 anos.

Os contratos de espaços podem ser renovados e possuem cláusulas de reajuste periódico do valor do aluguel, conforme índices de inflação negociados entre as partes.

Arrendamentos mercantis são reconhecidos como financeiros quando os riscos e benefícios do ativo arrendado são substancialmente transferidos para a Companhia, caso contrário são classificados como operacionais.

Arrendamentos mercantis financeiros são capitalizados pelo seu valor justo na data de aquisição, ou se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, ambos calculados na data de assinatura do contrato. Os arrendamentos mercantis financeiros são depreciados pela sua vida útil econômica ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A correspondente obrigação assumida pela Companhia referente ao bem arrendado é incluída no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". Pagamentos realizados são divididos entre pagamentos do principal da dívida de arrendamento mercantil financeiro reconhecida no passivo, e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado do exercício. Despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultado do exercício pelo período remanescente do contrato, com base no valor em aberto do passivo de arrendamento mercantil financeiro, utilizando-se o método de reconhecimento de juros pela fluência do prazo.

Pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais e benefícios recebidos ou a receber como incentivo para a contratação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício linearmente conforme o seu prazo contratual.

Notas Explicativas

b) Arrendamento mercantil operacional

Os contratos de arrendamento operacional mantidos pela Companhia são avaliados periodicamente quanto a sua possibilidade de cancelamento, classificando-os em contratos "canceláveis" e "não canceláveis".

(i) Pagamentos mínimos não canceláveis

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Menos de 1 ano	67	61	67	69
De 1 a 5 anos	268	243	268	248
Mais de 5 anos	315	349	315	349
	<u>650</u>	<u>653</u>	<u>650</u>	<u>666</u>

Os contratos de arrendamento operacional variam de 3 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados os valores dos contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento.

A Companhia possui outros contratos de arrendamento operacional que, na avaliação da Administração da Companhia, são considerados como canceláveis cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) abaixo.

(ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que a maioria dos contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos mínimos na rescisão	<u>440</u>	<u>454</u>	<u>462</u>	<u>473</u>

(iii) Despesas com aluguéis

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	62	45	62	45
Pagamentos não contingentes	701	708	749	721

c) Arrendamento mercantil financeiro

Os compromissos e as obrigações referentes aos contratos de aluguéis de equipamentos de informática e *software* estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Passivo de arrendamento mercantil financeiro				
Menos de 1 ano	27	23	31	27
De 1 a 5 anos	88	85	88	89
Mais de 5 anos	-	18	-	18
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<u>115</u>	<u>126</u>	<u>119</u>	<u>134</u>
Encargos futuros de financiamento	<u>(24)</u>	<u>(31)</u>	<u>(24)</u>	<u>(32)</u>
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<u>91</u>	<u>95</u>	<u>95</u>	<u>102</u>

Notas Explicativas

17. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Garantias complementares ou estendidas (i)	556	653	556	653
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	455	584	509	646
Seguros e serviços (iii)	256	310	275	329
Direitos outorgados	29	30	29	30
Outros	4	4	5	4
	1.300	1.581	1.374	1.662
Circulante	354	323	368	336
Não circulante	946	1.258	1.006	1.326

(i) Garantias complementares ou estendidas

Corresponde ao contrato celebrado em 2014 com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Zurich") para a intermediação de venda de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio com vigência até 2020.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" e; disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remunerações adicionais, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto as remunerações adicionais de R\$154 serão realizadas conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Cnova Brasil celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo foi recebido a título de antecipação o valor de R\$60 e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos.

Notas Explicativas

(iii) Seguros e serviços

Em 16 de dezembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a Zurich para a distribuição de seguros de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$254 para Via Varejo e R\$16 para Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

Em 9 de novembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de comercialização de serviços de multiassistência a serem intermediados pela Tempo USS com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$57 para a Via Varejo e R\$3 para a Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como "Não circulante"

Ano	Controladora	Consolidado
2019	345	357
2020	276	288
2021	115	126
2022	102	113
2023 em diante	108	122
Total	946	1.006

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$2.896 e estava representado por 1.291.968 milhares de ações, sendo 656.230 milhares de ações ordinárias e 635.738 milhares de ações preferenciais, todas escriturais nominativas e sem valor nominal.

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 houve o aumento de capital da Companhia devido ao exercício de planos de opções de ações, como segue:

Data do aumento de capital	Saldo em Reais	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de units
23/02/2016	15	1.452	2.904	1.452
06/05/2016	105	10.472	20.944	10.472
14/12/2016	74.044	56.946	113.892	56.946
22/02/2017	44.211	23.783	47.566	23.783
21/03/2017	13	1.322	2.644	1.322
31/05/2017	23.021	9.096	18.192	9.096
24/07/2017	1.603	160.315	320.630	160.315
27/09/2017	93.447	35.768	71.536	35.768
25/10/2017	34.875	36.150	72.300	36.150
12/12/2017	104.127	25.527	51.054	25.527

O detalhamento do exercício das opções de ações consta no item (e) desta nota explicativa.

b) Transações de capital

Nesta conta são registradas variações decorrentes de mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum com o controlador GPA, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

Em 2016, em virtude da Reorganização Societária pela qual Cnova Brasil passou a ser controlada integral da Via Varejo, foi registrado nessa rubrica o valor de R\$1.355 relativo ao reconhecimento do valor contábil do acervo líquido recebido de Cnova Brasil e R\$47 relativo ao pagamento realizado em favor da Cnova N.V., conforme descrito na nota 25.

Notas Explicativas

c) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

d) Reservas de Lucros

(i) Orçamento de capital

Em 2013, a Administração da Companhia propôs a retenção da parcela do lucro líquido, correspondente ao lucro não realizado, pelo ganho a valor justo com a aquisição da Bartira de R\$158, conforme mensuração inicial. Para essa operação foi constituída reserva de orçamento de capital. Os saldos incluídos nessa reserva poderão ser distribuídos com a alienação do investimento ou reclassificado na eventualidade de constituição de provisão para não realização de ativos, para os quais não há prazo definido, ou ainda por determinação da Assembleia de Acionistas.

(ii) Investimentos

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a Companhia pode constituir reserva de investimentos desde que o valor não seja superior ao valor de capital social. Segundo o Estatuto Social, a reserva de investimento tem por finalidade:

- Assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.
- Reforço de capital de giro.
- Ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

e) Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia mantém programas de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

(i) Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

Notas Explicativas

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

(ii) Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

A Companhia mantém programas de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014. As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que lhes será assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos planos são pessoais e intransferíveis.

Conforme os termos dos programas, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, visto que o beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, utilizar tais ações para a formação de *units* da Companhia.

As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o respectivo período de carência. A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de restrição para venda das *units* adquiridas no exercício da opção.

O programa de remuneração outorgado em 2014 teve seu período de carência completado em 30 de maio de 2017. Até 12 de dezembro de 2017 as opções foram prescritas, expiradas ou exercidas das séries A1, A2, B1 e B2 deste plano.

Para os planos de remuneração outorgados em 2015 e 2016 não houve quaisquer opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 que não sejam através de rescisão de administradores e empregados.

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Data da outorga	Término da carência	Valor de Exercício (em reais)	Quantidade de opções em vigor em 31.12.2016	Opções prescritas e expiradas	Opções Exercidas	Quantidade de opções em vigor em 31.12.2017
A1 e A2	30/05/2014	30/05/2017	R\$19,98	289.037	(289.037)	-	-
B1 e B2	30/05/2014	30/05/2017	R\$0,01	289.151	(126.787)	(162.364)	-
A3	29/05/2015	29/05/2018	R\$15,00	527.308	(184.506)	-	342.802
B3	29/05/2015	29/05/2018	R\$0,01	527.308	(157.016)	(27.490)	342.802
A4	31/05/2016	31/05/2019	R\$5,28	2.124.488	(293.425)	(56.618)	1.774.445
B4	31/05/2016	31/05/2019	R\$0,01	2.124.488	(304.554)	(45.489)	1.774.445
C1	31/10/2016	20/11/2018	R\$0,01	62.696	-	-	62.696

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$23 (R\$11 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

(iii) Programa de remuneração baseado na variação do valor das ações (*Phantom Stock Options*)

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2017, foi aprovado o programa de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia, a determinados administradores e empregados ("beneficiário") da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle.

Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares* condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle ("condição de serviço"). Cada *Phantom Share* equivale a uma *unit* e representa uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo.

Em agosto de 2017 foram outorgadas 1.632.851 *units* com período de carência ("*vesting*") de três anos. Decorrido o período de *vesting* e verificado o cumprimento da condição de serviço, o beneficiário receberá o prêmio no mês subsequente à data de apuração.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$4 (*nil* em 31 de dezembro de 2016). O total da despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$4 (*nil* no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

f) Dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras

(i) Política contábil

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

(ii) Dividendos propostos

	31.12.2017
Lucro líquido do exercício	195
Constituição de reserva legal (5%)	(10)
Base de cálculo	185
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	46
JCP pago no exercício (*)	35
IRRF sobre JCP	(4)
Dividendos propostos	15
Total de dividendos e JCP líquido de IRRF	46

(*) Em 12 de dezembro de 2017 foi deliberada pelo Conselho de Administração a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$35 (R\$31, líquido de IRRF) referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de setembro de 2017, o qual foi pago em 28 de dezembro de 2017.

Não houve distribuição de dividendos relativo ao exercício de 2016, pois a Companhia não apurou lucro no exercício.

Notas Explicativas

19. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Companhia através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidos quando da sua efetiva ocorrência. As receitas derivadas da operação da Companhia são apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos. É prática da Companhia não aceitar devoluções imotivadas, exceto aquelas previstas no Código Comercial. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente ofereça produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada para a controlada Cnova Brasil através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Mercadorias	20.884	19.039	26.368	20.055
Serviços	1.487	1.392	1.849	1.455
Financeira operacional	1.650	1.421	1.650	1.421
Devoluções e cancelamento de vendas	(558)	(617)	(745)	(638)
	<u>23.463</u>	<u>21.235</u>	<u>29.122</u>	<u>22.293</u>
 Tributos	 (2.357)	 (2.356)	 (3.432)	 (2.474)
	<u>21.106</u>	<u>18.879</u>	<u>25.690</u>	<u>19.819</u>

Notas Explicativas**20. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Custo com estoques vendidos	13.067	11.423	16.396	11.932
Despesas com pessoal	2.662	2.573	2.961	2.702
Despesa com serviços de terceiros	1.318	1.511	1.881	1.635
Despesas com ocupação	809	813	862	826
Despesas com frete	486	424	745	476
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	609	556	717	573
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	484	309	475	322
Outros	102	69	176	91
	19.537	17.678	24.213	18.557
Custo de mercadorias e serviços vendidos	13.923	12.442	17.510	13.113
Despesas com vendas	4.907	4.648	5.848	4.814
Despesas gerais e administrativas	707	588	855	630
	19.537	17.678	24.213	18.557

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Termo de Acordo com partes relacionadas (nota explicativa nº8 (f))	(77)	-	(97)	-
Despesas com reestruturação (i)	(60)	(127)	(66)	(116)
Despesas com regularização de débitos fiscais (ii)	(51)	(34)	(51)	(34)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	(5)	(22)	(1)	(24)
Resultado - Lojas CADE (iii)	-	(6)	-	(6)
Outras	(1)	(5)	(3)	(5)
	(194)	(194)	(218)	(185)

- (i) Em 2017 e 2016, foram implementadas medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas. Nessa linha estão registrados, principalmente os gastos com rescisão trabalhista, fechamento de lojas e readequação logística.
- (ii) Em 2017 o valor é substancialmente composto por R\$34 referente a provisão de multa de contingências tributárias e; pagamento de R\$13 devido a multa do PRT (vide nota explicativa nº 13(c)). Em 2016 o valor é composto por programas de incentivos fiscais para regularização de débitos tributários junto a governos estaduais e municipais.
- (iii) Resultado reconhecido em 2016 referente a baixa de ativos relacionados ao processo de cumprimento do Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") celebrado com o CADE no valor de R\$2 e a multa pelo fechamento das últimas 8 lojas no valor de R\$4.

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(374)	(425)	(426)	(474)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(306)	(351)	(404)	(351)
Atualizações passivas	(115)	(118)	(135)	(125)
Outras despesas financeiras	(69)	(70)	(75)	(106)
Total de despesas financeiras	(864)	(964)	(1.040)	(1.056)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	44	110	52	115
Atualizações ativas	180	126	181	131
Antecipação a fornecedores	24	22	34	24
Outras receitas financeiras	-	1	8	10
Total de receitas financeiras	248	259	275	280
Resultado financeiro, líquido	(616)	(705)	(765)	(776)

23. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado.

	31.12.2017			31.12.2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Dividendos propostos	8	7	15	-	-	-
Distribuição de JCP	18	17	35	-	-	-
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	74	71	145	(48)	(47)	(95)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferencialistas	100	95	195	(48)	(47)	(95)
Denominador básico (em milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	656.053	635.382	1.291.435	655.880	635.038	1.290.918
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	0,15109	0,15109		(0,07354)	(0,07354)	
Denominador diluído (em milhares de ações)						
Opções de compra de ações	3.914	7.829	11.743	-	-	-
Média ponderada das quantidades de ações	656.053	635.382	1.291.435	655.880	635.038	1.290.918
Média ponderada diluída das ações	659.967	643.211	1.303.179	655.880	635.038	1.290.918
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	0,15019	0,14925		(0,07354)	(0,07354)	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as opções de compras de ações não tem efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

Notas Explicativas

24. Cobertura de seguro

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio e que acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2017 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	10.298
Lucro	Lucros cessantes	5.176
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	245

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$301.

25. Reorganização societária

Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento não vinculante ("MoU") com sua associada Cnova N.V. sobre uma possível reorganização envolvendo a Cnova Brasil com a Companhia.

As companhias envolvidas na reorganização (Via Varejo, CBD e Cnova N.V.) constituíram Comitês Especiais e independentes entre si para avaliar e negociar os termos da reorganização.

O Comitê Especial da Via Varejo apresentou suas recomendações ao Conselho de Administração em 8 de agosto de 2016, que aprovou o Acordo de Reorganização e o submeteu à Assembleia de Acionistas da Companhia. Nesta reunião foram apresentados estudos econômicos que demonstravam os valores justos das companhias envolvidas na transação.

O Acordo de Reorganização foi aprovado pela Administração considerando o mérito operacional e estratégico da nova estrutura, o aproveitamento de sinergias e o potencial para criação de valor para a Companhia e acionistas. A Via Varejo e a Cnova Brasil já atuavam em mercados semelhantes e com as mesmas marcas âncoras, sendo Via Varejo através de lojas físicas e Cnova Brasil através do comércio eletrônico.

Em 12 de setembro de 2016, a reorganização societária foi aprovada em assembleia de acionistas da Via Varejo e em 27 de outubro de 2016 houve aprovação da assembleia de acionistas da Cnova N.V. A partir desta data foi implementada a reorganização societária das companhias, passando assim, a Via Varejo, a comandar as atividades de comércio eletrônico das bandeiras "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Extra", "Barateiro" e "Partiu Viagens", dando início à captura das sinergias esperadas em decorrência da integração.

Em 31 de outubro de 2016, a Reorganização foi implementada de forma a não gerar qualquer diluição da participação dos acionistas da Via Varejo através da constituição de uma subsidiária integral da Companhia denominada VVPart que recebeu a participação total da Via Varejo em Cnova N.V. no valor credor de R\$371 (equivalente a 21,93% do capital social de Cnova N.V.) mais um aporte de capital social em dinheiro de R\$392.

Em seguida, ocorreu a troca de ações, com a Cnova N.V. entregando a totalidade das ações de Cnova Brasil para VVPart, enquanto VVPart entregou para Cnova N.V. sua participação de 21,93% em Cnova N.V. adicionado do montante de R\$ 21. Desta forma, Via Varejo passou a ser o controlador integral de Cnova Brasil e não retendo nenhuma participação em Cnova N.V.

Logo após a troca de ações, VVPart foi incorporada pela Cnova Brasil. Com a incorporação, o investimento negativo que VVPart possuía em Cnova Brasil foi eliminado contra o Patrimônio Líquido da própria Cnova Brasil.

Notas Explicativas

O acordo de reorganização societária previa a avaliação do patrimônio de Cnova Brasil na data do fechamento da operação. Em 31 de outubro de 2016 foi apurado, conforme os termos do acordo, um ajuste de preço totalizando R\$26, pagos em 30 de dezembro de 2016 e registrado na conta de Transações de capital no Patrimônio Líquido.

Com a troca de controle da Cnova Brasil, houve a necessidade de liquidação de contratos de empréstimo existentes entre Cnova Brasil e Cnova N.V. no montante de R\$541, ocorrido em 8 de novembro de 2016.

Todos os registros foram realizados à valores contábeis, não havendo nenhum montante de valor justo, ágio ou mais valia de ativos registrado em quaisquer empresas envolvidas na transação. O entendimento da Companhia é de que transações de reorganização societária devem ser registradas utilizando os valores contábeis de ambas as empresas envolvidas na transação, bem como os pagamentos realizados para outras empresas do grupo econômico são registradas como transações do patrimônio líquido, e não afetam o resultado do exercício.

Na Via Varejo foi necessário realizar o reconhecimento do patrimônio líquido negativo de Cnova Brasil após as trocas de ações e incorporação citadas anteriormente. Após a incorporação do patrimônio de VVPart, o valor do patrimônio líquido negativo de Cnova Brasil era de R\$1.376, incluindo aí o pagamento de R\$21 já descrito anteriormente, que foram integralmente reconhecidos na conta Transações de capital no Patrimônio de Via Varejo.

Os valores dos ativos e passivos de Cnova Brasil em 31 de outubro de 2016, conforme os registros contábeis, eram os seguintes:

	31.10.2016
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa (*)	435
Contas a receber	204
Estoques	612
Outros ativos	432
Imobilizado	93
Intangível	150
Ativos adquiridos	1.926
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(1.356)
Fornecedores	(1.165)
Partes relacionadas	(320)
Outros passivos circulantes	(405)
Provisão para demandas judiciais	(35)
Passivos assumidos	(3.281)
Patrimônio líquido assumido	1.355

(*) Via Varejo realizou um aporte de R\$392 em VVPart, incorporada subsequentemente por Cnova Brasil. Desta forma a contribuição de caixa de Cnova Brasil na consolidação com Via Varejo foi de R\$43.

Segue resumo dos pagamentos realizados para Cnova N.V. em face da reorganização societária e reconhecidos no patrimônio líquido de Via Varejo como Transações de capital:

Pagamento para Cnova N.V. em outubro/2016	21
Pagamento para Cnova N.V. em dezembro/2016	26
Pagamento total realizado para Cnova N.V. para a reorganização societária	<u>47</u>

Notas Explicativas

26. Informações sobre os segmentos

Até 2015 a Companhia atuava e reportava suas informações através de um único segmento definido como lojas físicas (“*offline*”). A reorganização societária ocorrida em 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que resultou na integração dos negócios de comércio eletrônico (“*online*”) e lojas físicas foi realizada visando a implementação de uma gestão operacional unificada para ambos os negócios, bem como proporcionar maior competitividade e melhor posicionamento estratégico à Companhia.

Pelas características similares de ambos os negócios *online* e *offline*, onde as receitas e os negócios explorados são significativamente semelhantes, a Administração considerou apenas um único segmento operacional reportável.

O principal tomador de decisões é o CEO da Via Varejo, e são avaliadas as receitas obtidas pelas lojas físicas e pela plataforma *online* de forma segmentada, porém toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de integração, atuando de forma unificada a partir da reorganização societária.

Adicionalmente, divulgamos abaixo as receitas líquidas totais obtidas de ambos os canais de venda:

	Consolidado	
	2017	2016
<i>Offline</i>	20.841	18.831
<i>Online</i>	4.849	988
	25.690	19.819

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Via Varejo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via Varejo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Via Varejo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de créditos a recuperar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Por que é um PAA

Em virtude de requerimentos específicos nas legislações estaduais do ICMS, principalmente dos Estados que requerem o recolhimento de ICMS por substituição tributária, e considerando os procedimentos de compra e distribuição de produtos, a Companhia acumulou créditos de ICMS, cuja realização depende da ocorrência de eventos futuros operacionais e de atendimento aos requerimentos das legislações estaduais. Nesse sentido, com base em suas políticas internas, a Companhia avalia, ao menos anualmente, o estudo técnico de viabilidade de realização desses créditos.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, os saldos de ICMS a recuperar reconhecidos nas demonstrações financeiras montam a R\$2,3 bilhões e o estudo técnico de viabilidade de realização desses créditos tributários preparado pela Administração envolve certo grau de julgamento em sua elaboração, baseando-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado de varejo, além de decisões internas da Administração, principalmente envolvendo alterações da distribuição logística de seus produtos. Devido à relevância dos valores envolvidos e à incerteza inerente à realização desses créditos tributários, este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das atividades de controles internos relacionados à preparação, revisão e aprovação do estudo técnico de viabilidade; (ii) a utilização de nossos especialistas tributários como suporte para avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia para estimativa dos impactos das alterações logísticas relacionadas à distribuição de seus produtos; e (iii) a avaliação do potencial impacto de uma alteração razoável nas premissas de crescimento utilizadas pela Companhia.

Consideramos que os critérios e as premissas-chave utilizados pela Administração no desenvolvimento do estudo técnico de viabilidade de realização dos saldos de ICMS a recuperar, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são

adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Contas a receber e a pagar com partes relacionadas decorrentes do acordo de associação

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8.f às demonstrações financeiras, em 2010 foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre a Companhia, sua controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), que, entre outros direitos, garantia à Companhia o direito à indenização, por parte da CBD e da CB, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidos a partir de 30 de junho de 2010, que eram relacionados a fatos geradores de responsabilidade dos antigos controladores das operações adquiridas por um prazo de seis anos. Em 4 de julho de 2017, foram celebrados acordos para a liquidação das perdas incorridas até 8 de novembro de 2016, bem como estabelecidos novos critérios para apuração das responsabilidades entre as partes e definição de garantias para as potenciais contingências ainda não materializadas.

Este tema foi considerado significativo em nossa auditoria em virtude de: (i) celebração de acordos para liquidação de perdas incorridas e estabelecimento de novos critérios para apuração das responsabilidades entre as partes, o que ocasionou o reconhecimento de uma despesa no valor de R\$97 milhões na demonstração do resultado do exercício, durante o primeiro semestre de 2017; (ii) refere-se a transações com partes relacionadas que incluem certo nível de julgamento por parte da Administração na avaliação das potenciais contingências não materializadas; (iii) a discussão sobre os critérios envolveu a Alta Administração e a governança da Companhia; e (iv) o assunto envolveu razoável grau de julgamento por parte da Administração quanto à determinação de certas premissas utilizadas no registro dos valores a receber e a pagar, bem como na conclusão de que não são esperadas perdas adicionais em relação aos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das atividades de controles internos relacionados à preparação e aprovação da lista de processos materializados para início do processo de cobrança; (ii) utilização de nossos especialistas legais como suporte para avaliação dos termos contratuais, dos acordos estabelecidos e das opiniões legais de assessores jurídicos contratados pela Companhia, que, em seu conjunto, constituem a base documental sobre o direito dos valores a receber; (iii) teste documental, com base em amostragem, dos processos judiciais materializados e pagos, base para o ressarcimento pela CB; e (iv) avaliação das premissas e dos julgamentos exercidos para registro dos valores a receber e a pagar. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos pela Administração para contabilização dos valores a receber e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e os Resultados 4T17 e 2017.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e os Resultados 4T17 e 2017, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório
Contador
CRC nº 1 SP 216175/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Via Varejo S.A., em cumprimento às disposições legais estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes datado de 18 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Caetano do Sul (SP), 18 de fevereiro de 2018.

Vanessa Claro Lopes - Presidente

Carla Alessandra Trematore - Conselheira

Fernando Dal-Ri Murcia - Conselheiro

Marcel Cecchi Vieira - Conselheiro

Tânia Regina Sordi Relvas - Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, autorizando a conclusão nesta data.

São Caetano do Sul (SP), 16 de fevereiro de 2018.

Peter Paul Lorenço Estermann - Diretor Presidente

Felipe Coragem Negrão - Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, autorizando a conclusão nesta data.

São Caetano do Sul (SP), 18 de fevereiro de 2018.

Peter Paul Lorenço Estermann - Diretor Presidente

Felipe Coragem Negrão - Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores